

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE.** -----  
-----

--- Aos vinte e nove dias mês de Junho do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** ---

--- **Um**–APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**– APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E SETE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- **Três**– APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

--- **Quatro**– APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PDM SOB O REGIME SIMPLIFICADO.-----

--- **Cinco**–AUTORIZAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONCEPÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO PARA VIATURAS LIGEIRAS NA ZONA DO CAMPO SÁ DA BANDEIRA E PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA VIA PÚBLICA, ATRAVÉS DE PARCÓMETROS, NA CIDADE DE SANTARÉM, DESTINADO AO ESTABELECIMENTO DE UMA PARCERIA PÚBLICO – PRIVADA.-----

--- **Seis**– APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO. ---

--- **Sete**— APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CESSAÇÃO DO DIREITO DE REVERSÃO – IVO HOTÉIS.-----

--- **Oito**— APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS VALORES RESPEITANTES À AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM A INTEGRAR NO INVENTÁRIO.-----

--- **Nove**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO.-

--- **Dez**—APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Marques Ribeiro Pisco, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Botelho Amaro Almeida, António Miguel Moura Pires, António Morgado Maurício d’Avó, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos António Marçal (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Vítor Manuel de Sousa Varajão (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira) e Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém). -----

--- Justificaram a sua ausência: -----

--- Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, Joaquim Júlio da Luz Saramago – Presidente da Junta de Freguesia de Achete, Luís Miguel Santana Justino – Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, Luís Manuel Madeira Mena Esteves – Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, Manuel João Narciso Bonifácio – Presidente da Junta de Freguesia de Pombalinho, Firmino Joaquim Prudêncio d’Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, Ricardo Luís da Costa – Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente do Paul e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea. -----

--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Catarina Fernandes Garcia Correia (PSD), Francisco Miguel Baudion Madeira Lopes (CDU), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), José Luís Marques Cabrita (CDU), Luís Alberto Ferreira Leitão (PS), Luís Filipe Piedade Valente (PSD) e Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia (PSD).-----

--- **Executivo Municipal** -----

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

--- Presenças: -----  
--- Francisco Maria Moita Flores, Henriqueta da Graça Pereira Carolo, Ramiro José Jerónimo de Matos, Luís Manuel da Graça Batista, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves e Clara Cristina Simões Lopes. -----  
--- Ausências: -----  
--- Manuel António dos Santos Afonso e Lígia Corujo Reis Batalha. -----  
--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que o senhor João Luís Madeira Lopes (CDU) pediu a renúncia do seu mandato nesta Assembleia, sendo substituído pelo senhor **Vicente Carlos Flor Batalha** que já tomou posse em anterior sessão. -----  
--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão Acta número quinze/dois mil e sete tendo usado da palavra os senhores **Nuno Serra, Eugénio Pisco e Luís Almeida** que solicitaram algumas alterações ao texto da referida Acta. -----  
--- Em face das intervenções havidas o senhor **Presidente da Assembleia** retirou a Acta da discussão a fim de lhe serem introduzidas as alterações solicitadas para posterior aprovação. -----  
--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção da senhora **Maria Alecta Ferreira**, Primeira Secretária da Mesa, que deu conta da forma como decorreram os trabalhos no XVII Congresso da ANMP que teve como grande tema “Delegação de Competências nos Municípios”, salientando que para a maioria dos autarcas presentes a educação constituiu a centralidade das suas políticas de desenvolvimento. -----  
--- Congratulou-se com a criação do Centro de Estudos, Inovação e Desenvolvimento (CINOD), no âmbito do Instituto Politécnico de Santarém, que envolve várias escolas do próprio Instituto e diversas instituições da comunidade visando organizar um programa que abranja um conjunto de actividades que irão contribuir certamente para o

desenvolvimento e qualificação de todos. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Fernando Mendonça Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, querendo saber em que fase se encontra o processo de contratação do empréstimo excepcionado para a requalificação da Ribeira de Santarém.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário respeitante às competências e funcionamento do Conselho Municipal de Santarém. -----

--- Interveio, depois, a senhora **Anabela Almeida** que referiu que o Partido Ecologista “Os Verdes” sempre defendeu o desvio da Linha do Norte da Ribeira de Santarém. Todavia, este problema não se resolve com outro que é o de cortar a malha urbana da Portela das Padeiras. Saliu que a população desconhece qual a posição do Executivo Municipal relativamente a esta matéria. -----

--- Perguntou se já existe uma data para a realização do debate com especialistas sobre o assunto em causa, assim como se a REFER já respondeu às questões colocadas pela população. Questionou ainda se esta Assembleia não terá também uma palavra a dizer sobre este processo. -----

--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que alertou para a degradação da rede viária na cidade de Santarém, não apenas devido ao seu desgaste mas também fruto da implementação de infra-estruturas no subsolo. -----

--- Referiu ter conhecimento do esforço do Município no sentido de garantir estacionamento na cidade, alertando para o número de parómetros avariados na cidade o que impede a rotatividade dificultando o estacionamento. -----

--- Usou, seguidamente, da palavra a senhora **Carla Neto** que manifestou o seu regozijo pelo sucesso da Feira de Santarém realizada no Planalto no presente mês, ficando demonstrado que a Feira do Ribatejo pertence a Santarém e aos ribatejanos e não a qualquer outra instituição, sublinhando que a Praça Celestino Graça se encheu de cor para assistir a três magníficas corridas de touros.-----

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

--- Destacou o Festival do Alviela esperando que o mesmo obtenha sucesso igual ao do ano passado.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Luís Almeida** que solicitou que sejam distribuídas cópias das actas das reuniões do Executivo a cada uma das forças políticas representadas nesta Assembleia. -----

--- Expressou o mais veemente protesto em nome da bancada do PS no tocante à ausência de resposta aos requerimentos apresentados à Câmara por deputados daquela bancada. -----

--- Saliu que irá apresentar um requerimento à Mesa da Assembleia sobre os custos provenientes da realização das corridas de touros e das festas realizadas no Campo Emílio Infante da Câmara durante o decurso da Feira do Ribatejo. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Aires Lopes** que alertou para o problema das barreiras arquitectónicas existentes na cidade, salientando que teve oportunidade de verificar a dificuldade de um munícipe, em cadeira de rodas, para atravessar a intersecção da Avenida Bernardo Santarém com a Calçada do Monte.-----

--- Interveio, depois, a senhora **Idália Moniz** referindo que gostaria de saber qual o projecto cultural para o concelho de Santarém assim como em que estado se encontra o projecto de implementação do Museu Municipal. -----

--- Quis saber qual o ponto de situação relativamente à construção da biblioteca e do arquivo municipal. -----

--- Perguntou de que forma vai ser dado a conhecer o levantamento efectuado ao longo dos anos sobre o património e a história da cidade. -----

--- Questionou como está a evoluir o trabalho com a APLA com vista à eliminação das barreiras arquitectónicas assim como a implementação do SIADAP na Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Concluiu referindo que gostaria de ser esclarecida em relação à construção do novo cemitério municipal e sobre a consolidação das barreiras do planalto. -----

--- Usou da palavra, seguidamente, a senhora **Ana Marta Rodrigues** que se referiu à criação da Sociedade de Reabilitação Urbana, a qual faz parte do programa eleitoral das várias forças políticas, perguntando o que se passa relativamente à sua constituição. -----

--- Questionou se com o decorrer das obras de alargamento da A-Um entre Santarém e Torres Novas foram efectuadas algumas diligências junto da Brisa e do Governo no sentido de Santarém passar a ter mais uma saída no norte do concelho. -----

--- Quis saber se o Executivo aproveitou as reuniões com a REFER, a propósito da alteração ao traçado da Linha do Norte, para negociar o comboio para Alcanede, conforme prometido no programa eleitoral. -----

--- De seguida, o senhor **Eugénio Pisco** interveio salientando que as suas preocupações relativamente à transferência de competências para os municípios, que tiveram o acolhimento maioritário por parte dos autarcas presentes no Congresso da ANMP, se vieram a confirmar. Num quadro em que para o Poder Local a Lei das Finanças Locais coloca fortes constrangimentos financeiros, perguntou como é que os municípios, nomeadamente o de Santarém, vão dar resposta à concretização destas transferências sem aumentar a despesa pública. -----

--- Criticou as afirmações produzidas pelo senhor Presidente da Câmara na Rádio Pernes sobre o voto contra de um elemento do PCP aquando da votação da proposta de criação da empresa “Águas de Santarém”, quando ele, em seu entender, deveria esclarecer em relação à alienação dos quarenta e nove por cento do capital social da empresa que, ao contrário do que havia sido dito, que a Lei da Água impedia a alienação de mais capital e que estava salvaguardada a posição maioritária do Município de Santarém nessa empresa, não existe sustentação na Lei para uma afirmação desta natureza dado que os municípios desde que assim o decidam podem alienar o capital que bem entenderem. ----

--- Interveio, depois, a senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que chamou a atenção do Executivo Municipal para os problemas de falta de segurança existentes, à noite, no jardim do Vale de Santarém devido à inexistência de iluminação, situação que já se arrasta há meses. -----

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

--- Tomou a palavra o senhor **Pedro Malaca** que sublinhou o bom trabalho realizado pelo Executivo Municipal nas festas que decorreram em Junho no Planalto. Contudo, em seu entender, deveria reflectir-se sobre este assunto dado existirem opiniões diferentes uma vez que o CNEMA afirma que a festa no planalto retirou visitantes à Feira do Ribatejo enquanto a Câmara diz o contrário. -----

--- Por outro lado, segundo referiu, seria importante saber quais os custos assumidos pelo Município nos dois certames a fim de que no próximo ano se possa ter um ideal de festa que não colida com a Feira do Ribatejo. -----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente ao grave problema financeiro que atravessa a União Desportiva de Santarém, perguntando qual a posição do Executivo Municipal no tocante a esta matéria. -----

--- Depois, interveio o senhor **João Leite** que destacou a entrega dos fogos de habitação social, felicitando o Executivo pela aposta na solidariedade social. -----

--- Agradeceu à Câmara por mais uma vez se ter lembrado da juventude, salientando que Santarém vai através das Cidades Europeias da Cultura participar num Encontro Internacional de Jovens em Paris. -----

--- Felicitou também o Executivo pela festa que decorreu no Campo Emílio Infante da Câmara que fez com que Santarém sentisse no planalto o movimento da Feira do Ribatejo. Criticou a postura do CNEMA ao montar uma praça de touros desmontável sem as mínimas condições, considerando que a haver festa brava em Santarém a mesma tem de ser na Praça Celestino Graça. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que se referiu a uma carta que lhe foi dirigida pelo senhor deputado Luís Almeida, no seguimento de um seu pedido de informações, lamentando a forma como aquele deputado se dirigiu ao órgão Câmara Municipal de Santarém, procedendo à leitura de parte do texto da referida carta. -----

--- Informou que o empréstimo excepcionado para a recuperação da Ribeira de Santarém está a aguardar despacho do Governo com vista à contratação do mesmo. -----



--- Esclareceu em relação ao desvio da Linha do Norte que a REFER após a sessão de esclarecimento realizada no Teatro Sá da Bandeira acolheu algumas das sugestões apresentadas pelos munícipes tendo feito chegar à Câmara uma outra versão já com algumas das alterações sugeridas, salientando que o Executivo ainda não tomou qualquer posição sobre este assunto.-----

--- Agradeceu as preocupações manifestadas pelo senhor deputado Martinho do Rosário em relação à rede viária da cidade e o reconhecimento daquilo que tem sido feito pelas freguesias, sublinhando que a Câmara está a desenvolver um conjunto de obras tendo em vista a requalificação da rede viária da cidade. -----

--- Em relação às barreiras arquitectónicas salientou que têm vindo a ser tomadas medidas de modo a serem construídas rampas na cidade. -----

--- No que diz respeito aos programas culturais e de apoios ao património, esclareceu que o Município se está a substituir ao Governo referindo que recentemente a Câmara teve de efectuar uma intervenção no Convento de Santa Clara de modo a que o telhado não caísse. -----

--- Prosseguiu, referindo que a política cultural da Câmara assenta em criar condições de acessibilidade de forma sustentável para um conceito de cultura que vai para além daquilo que é entendido por alguns eleitos como cultura. Cultura é o saber e acessibilidade no conhecimento e qualificação de vida. -----

--- Em relação aos prazos sublinhou que a Câmara de Santarém é a primeira do país em termos de rapidez de resposta que se situa entre os dezassete e os vinte dias para dizer sim ou não. -----

--- Informou que o projecto de estabilização das barreiras do planalto está lançado. -----

--- No que concerne à Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) disse que o Executivo está em condições de apresentar toda a documentação para avançar com a constituição da SRU para Santarém. Todavia, este assunto ainda não foi apresentado em reunião de Câmara porque surgiu a hipótese de através do QREN constituir uma SRU no âmbito da

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

CULT que abranja todos os municípios que a integram, com unidades de gestão por concelho, com a possibilidade de obter investimentos de escala.-----

--- Esclareceu que as afirmações produzidas à Rádio Pernes não tiveram a intenção de ofender ninguém, muito menos o PCP, sublinhando terem sido críticas de natureza política, ao contrário do comunicado que lhe foi dirigido por aquele partido.-----

--- Em relação ao nó da auto-estrada transmitiu que, segundo informação da BRISA, enquanto não houver outras condições de mobilidade não haverá novo nó da auto-estrada. Acrescentou que o concelho tem dois eixos rodoviários estruturantes que estão ligados ao empobrecimento do centro do concelho: o primeiro entre Santarém e Alcanede que vai até Porto de Mós; o segundo que ainda não existe e que vai de São João da Ribeira até à Golegã passando por Almoester, Tremês, Achete, São Vicente do Paúl, Pombalinho, etc. e que é fundamental para o desenvolvimento do distrito. Este último foi conseguido, juntamente com os Presidentes das Câmaras de Rio Maior e da Golegã que ele esteja considerado no PROT. E só depois desta infra-estrutura estar concretizada será possível avançar com o nó da auto-estrada. No entanto, importa referir, que este eixo não irá ser concretizado no actual mandato. -----

--- Interveio o senhor **Luís Almeida** esclarecendo que só escreveu a segunda carta depois de passados trinta dias sem obter qualquer resposta por parte da Câmara, salientando que a carta do senhor Presidente da Câmara foi colocada no correio no dia onze e recebida em sua casa no dia doze de Junho. Lembrou existirem requerimentos de deputados, alguns deles já nem fazem parte deste órgão, que nunca obtiveram qualquer resposta da Câmara. -----

--- Intervieram a senhora **Idália Moniz** e o senhor **Pedro Malaca** referindo ter havido questões colocadas que não foram respondidas pelo senhor Presidente da Câmara.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu em relação ao SIADAP que na passada semana foi efectuada o primeiro balanço semestral no Teatro Sá da Bandeira. -----

--- Quanto ao novo cemitério municipal os estudos estão em fase final para serem apresentados à Câmara tendo em vista a sua construção.-----

--- Relativamente à construção da nova biblioteca municipal deu conta ter havido uma reunião com o Ministério da Cultura para a construção do arquivo municipal uma vez já não haver verba para a construção de novas bibliotecas. -----

--- No tocante à União Desportiva de Santarém informou estar a interpelar antigos dirigentes daquela instituição para que conjuntamente com os novos dirigentes encontrem soluções para o clube que têm de ser resolvidas no quadro dos seus associados. A função da Câmara não é salvar clubes mas sim potenciar e apoiar no sentido de que os mesmos se salvem a si próprios.-----

--- Concluiu, salientando em relação à Feira do Ribatejo que o “casamento” entre a cidade e a referida Feira do Ribatejo se deu para bom grado da população da cidade.-----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Ilídio Freire**, Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, que referiu ter solicitado em Dezembro último apoio financeiro à Câmara Municipal para a aquisição de uma máquina fotocopadora o qual foi concedido pelo senhor Presidente. Contudo, passados sete meses ainda não recebeu qualquer verba para pagamento da mesma. -----

--- Salientou que no início do ano lectivo foi atribuído um subsídio de quinhentos euros à sua Junta para os transportes escolares e que até à presente data ainda não recebeu qualquer verba respeitante a este subsídio. -----

--- Perguntou qual o ponto de situação relativamente à climatização da Escola Primária e

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

Jardim de Infância de Abitureiras. -----

--- Informou ter enviado à Câmara algumas facturas respeitantes aos prejuízos causados pelas intempéries não tendo recebido qualquer importância em relação às mesmas. -----

--- Concluiu, referindo ter remetido à Câmara um conjunto de ofícios solicitando esclarecimentos sobre diversos pedidos que até agora não foram objecto de resposta.-----

--- Tomou, a seguir, a palavra a senhora **Ana Marta Rodrigues** que perguntou quais as escolas que irão ser contempladas com os equipamentos de climatização adquiridos pela Câmara. -----

--- Quis saber porque razão as obras de arranjo do recreio da Escola do Mergulhão estão paradas há cinco meses, assim como se as referidas obras estão concluídas no início do próximo ano lectivo. -----

--- Referiu-se ao relatório da Divisão de Ordenamento do Território, solicitando informações acerca do estudo do Professor Nunes da Silva sobre o conjunto dos planos de pormenor da cidade e se poderia ser facultado aos membros desta Assembleia o relatório final e o estudo em causa. -----

--- Depois interveio o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, que lamentou a ausência da senhora Vereadora Lígia Batalha numa altura fulcral para a preparação do novo ano escolar, lembrando os problemas verificados no início do ano lectivo findo. -----

--- Deu conhecimento da existência de graves problemas em Almoester que passam pelo desentendimento e a falta de diálogo entre a DREL, o Agrupamento e a Câmara Municipal de Santarém. Informou estar prevista uma reunião na próxima semana com a senhora Presidente do Agrupamento da Escola Alexandre Herculano de modo a ultrapassar as dificuldades havidas, considerando importante que a Câmara estivesse presente na referida reunião. -----

--- Tomou a palavra o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, querendo saber qual o ponto de situação do fundo de coesão para o saneamento

básico. -----  
--- Seguidamente, interveio o senhor **Carlos Catalão** que felicitou o senhor Presidente da Câmara pelo lançamento do concurso global para a estabilização das Barreiras de Santarém, pela realização das corridas de toiros na Praça Celestino Graça e pela decisão de integrar a Sociedade de Reabilitação Urbana no âmbito da CULT. -----  
--- De seguida, usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, congratulando-se com os elogios dirigidos pelo anterior orador ao senhor Presidente da Câmara. -----  
--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** referindo que o senhor Presidente da Junta das Abitureiras sabe que a Câmara não paga a ninguém a trinta dias, considerando que os senhores Presidentes de Junta também têm as suas responsabilidades no endividamento do Município e não apenas os executivos. -----  
--- Quanto à climatização das escolas informou que as escolas em falta irão ser climatizadas com a aquisição destes novos equipamentos, entre as quais a Escola das Abitureiras. -----  
--- Salientou que o estudo do Professor Nunes da Silva está disponível para consulta na Câmara Municipal. -----  
--- Considerou que o senhor Presidente da Junta de Almoester está a ser injusto para com a senhora Vereadora Lúcia Batalha, salientando que a senhora Vereadora, apesar de se encontrar de férias, tem participado nas reuniões havidas sobre a preparação do próximo ano lectivo. -----  
--- Salientou que o ano lectivo findo apenas arrancou mal em quatro escolas, sublinhando que os desequilíbrios verificados em termos das actividades de enriquecimento curricular foram da exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação. -----  
--- Interveio, seguidamente, o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que referiu que desde que está à frente do Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF) todos os ofícios que chegam a este gabinete são objecto de resposta, tendo o senhor Presidente da Junta sido

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

informado, na devida altura, de que não havia os materiais solicitados.-----

---Relativamente aos pedidos de iluminação pública, transmitiu que é solicitado um orçamento à EDP para cada intervenção. Dados serem quantias avultadas, sobre as quais a Câmara paga uma parte, o GAF vai aferir esses pedidos dando prioridade àqueles que considera de maior necessidade. -----

---No tocante às intempéries, referiu que em virtude da Câmara não ter capacidade para intervir em todos os locais, foi transmitido às Juntas de Freguesia para contratarem maquinaria de modo a resolverem os problemas ocorridos nas respectivas freguesias. No entanto a Junta das Abitureiras efectuou alguns trabalhos que nada tinham a ver com as intempéries. -----

---Esclareceu que as obras do recreio da Escola do Mergulhão se encontram paradas devido à espera de materiais que vieram da Alemanha, existindo condições para que no início do novo ano lectivo as obras já estejam concluídas. -----

---Retomou a palavra o senhor **José Ilídio Freire**, Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, esclarecendo que os passeios já estavam construídos aquando das intempéries, sublinhando que mandou fotografias dos prejuízos em causa. -----

---Lembrou que o senhor Presidente da Câmara se comprometeu a fornecer os materiais para a Escola da Póvoa do Conde e que iria ser efectuada uma requisição para o efeito. --

---O senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** esclareceu em relação aos materiais que aquilo que foi dito foi que dentro das requisições que iriam ser feitas poder-se-iam disponibilizar materiais. Nunca foi afirmado que se iriam comprar materiais específicos para a Junta das Abitureiras. -----

--- *Este ponto não carece de qualquer votação.* -----

--- **PONTO DOIS – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Junho, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da **Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém de dois mil e sete**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que solicitou esclarecimento relativamente a uma verba de quinze mil euros para a construção do jardim de Amiais de Baixo que, por lapso, ficou como não definida, tendo havido o compromisso de em próxima revisão ao orçamento essa verba passar a definida, o que não se verifica.-----

--- Usou a palavra, a seguir, o senhor **Carlos Catalão** que manifestou a sua concordância relativamente à proposta de revisão apresentada.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, solicitando esclarecimento em relação ao reforço da verba para uma obra na sua freguesia que aquando da aprovação do Orçamento tinha ficado uma parte com verba definida e outra como verba não definida.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Vereador Ramiro Matos** que justificou que a presente revisão decorre do aumento de receita motivado pela incorporação do saldo de gerência.-----

--- Prestou esclarecimentos no tocante à definição das verbas, referindo que essa rectificação se prende com uma alteração ao orçamento e daí não estar contempladas nesta revisão. Contudo, segundo adiantou, que só após a aprovação do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia serão efectuadas as respectivas alterações para as freguesias.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de**

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

**dois mil e sete**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e dezanove abstenções. -

--- **PONTO TRÊS – PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE.**---

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de Junho, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da **Primeira Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para o ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** que concordou com a proposta de revisão apresentada, aproveitando para perguntar qual o ponto de situação relativamente ao processo “Águas de Santarém”. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que informou em relação às “Águas de Santarém” ter entregue na CULT o estudo de reprogramação da candidatura aos fundos comunitários no quadro daquilo que são as competências e os direitos de Santarém neste pacto, com base num parecer do Professor Botelho Moniz. -----

--- Sublinhou que as “Águas de Santarém”, com ou sem fundos comunitários, são por si só auto-resolúveis, assim como as do Município do Cartaxo, contrariamente aos restantes sete Municípios que integram a empresa “Águas do Ribatejo”. -----

--- A seguir, o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, interveio pedindo para lhe ser fornecida cópia do parecer do Professor Botelho Moniz. --

--- Usou, novamente, da palavra o senhor **Carlos Catalão** que se referiu a um artigo publicado no jornal “O Mirante” relativamente à entrega do estudo pelos sete Municípios



no dia dezasseis de Junho para o saneamento e a água, onde também é referido que Santarém terá de apresentar um estudo de viabilidade económica. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que os sete Municípios quiseram entregar o seu estudo mais cedo, ficando à espera que Santarém entregasse o seu estudo.

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Primeira Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados para o ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção.-----

--- **PONTO QUATRO – ALTERAÇÃO AO PDM – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL SOB O REGIME SIMPLIFICADO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, e da alínea a), do número dois, do artigo sessenta e quatro, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, e dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Junho, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a apreciação e votação da proposta de **alteração sob o regime simplificado do PDM – Plano Director Municipal**, de acordo com o fundamento do disposto na alínea a), do número um, do artigo noventa e sete, do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, com a redacção do Decreto-Lei número trezentos e dez/dois mil e três, de dez de Dezembro, para a delimitação de perímetros urbanos e aglomerados rurais, para os aglomerados urbanos que os não possuem, adaptando assim a carta de ordenamento e o regulamento do PDM – Plano Director Municipal ao determinado pelo Decreto-Lei trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro”.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou ter na sua posse uma proposta da

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

autoria do senhor Aires Lopes, sobre os perímetros urbanos, a qual iria ser debatida no Ponto Dez da Ordem de Trabalhos.-----

---Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que referiu que o PDM está em vigor há cerca de doze anos, considerando que este plano apesar das suas vicissitudes foi altamente permissivo com poucas restrições ao desenvolvimento urbano do concelho. ---

---Salientou que com a definição dos perímetros urbanos apenas se poderá construir dentro dos mesmos, deixando de prevalecer a norma de se poder construir a cinquenta metros da última casa, sublinhando que nas situações que estejam abrangidas pela REN ou RAN continuam a vigorar as regras que determinam as respectivas desafectações. ----

--- Concluiu, considerando ser tempo de encarar a revisão do PDM de uma forma célere.

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que considerou esta alteração determinante para algumas freguesias rurais que não possuíam perímetros urbanos. Esta delimitação, em seu entender, peca por tardia podendo em futura revisão do PDM estes perímetros serem alargados.-----

--- Seguidamente tomou a palavra o senhor **Aires Lopes** que referiu ter participado numa comissão de acompanhamento do PDM em dois mil e três, tendo defendido nessa altura o alargamento dos perímetros urbanos.-----

--- Considerou que segundo a Lei a revisão do PDM já deveria ter ocorrido em dois mil e cinco.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vicente Batalha** que considerou estarmos perante um processo intercalar já que está a decorrer a revisão do PDM, instrumento determinante e estratégico para o desenvolvimento do concelho. -----

--- Ao contrário do que havia sido dito, o PDM foi um mau Plano que não teve em conta as especificidades do concelho. Permissivo na cidade e restritivo nas freguesias rurais, lembrando que a CDU votou contra o PDM. Aquando da aprovação do PDM, segundo afirmou, quase todos tinham a noção disso, tanto que logo na altura o senhor Presidente

da Câmara se comprometeu a efectuar as diligências necessárias tendo em vista a alteração ao artigo onze do Regulamento que referia as condições em que se podia construir nos lugares das freguesias rurais.-----

--- Considerou imperioso que a revisão do PDM avance e tenha em conta os erros do passado que se pagaram demasiadamente caros, perguntando se a cartografia está actualizada e digitalizada.-----

--- Interveio novamente o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que considerou ser necessário ter em conta que a delimitação dos perímetros urbanos foram desenhados com base na cartografia de mil novecentos e noventa e oito que já se encontra bastante desactualizada.-----

--- Foi dada a palavra, seguidamente ao senhor **Carlos Catalão** que considerou que esta alteração permite resolver pontualmente algumas situações nas freguesias rurais. -----

--- Saliu que as revisões aos PDMs vão ser muito mais céleres com a implementação do PROT que dispensa a aprovação destes Planos por uma longa lista de entidades antes da rectificação pelo Conselho de Ministros.-----

--- Usou da palavra, a seguir o senhor **Presidente da Câmara** que começou por criticar o comunicado insultuoso do PS sobre o atraso na elaboração do PDM, lembrando ter sido aconselhado pelo Governo, através do senhor Secretário de Estado do Planeamento, que a nova geração de PDMs deve esperar pela publicação do PROT, porque os PDMs têm de ser compatibilizados com aquele diploma. Informou que, contrariamente ao que estava previsto, o PROT já não irá ser publicado até final do ano, mas sim durante o segundo trimestre de dois mil e oito.-----

--- Destacou que esta alteração visa implementar perímetros urbanos em povoações de que o PDM se esqueceu, informando relativamente a Valverde não ter havido intenção de prejudicar essa povoação em detrimento de outra, lembrando que Valverde à semelhança de outros aglomerados não tinha perímetro urbano.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** para referir, em relação ao

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

comunicado, que no PS também existem pessoas sérias, inteligentes e com defeitos como em todos os outros partidos. -----

---O senhor **Carlos Catalão** sugeriu que em próxima sessão da Assembleia seja agendado um ponto para debater e analisar a evolução do PROT. -----

---Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que concordou com o anterior orador informando que se a Assembleia assim o entender poderá convidar o senhor Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior para vir aqui prestar esclarecimentos sobre o PROT. -----

---Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Alteração ao PDM – Plano Director Municipal sob o Regime Simplificado**, nos termos da alínea b), do número três, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e dois votos a favor, zero votos contra e dezasseis abstenções. --

---Pelo senhor **Vicente Batalha** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

---“Este regime simplificado é intercalar porque está em curso a revisão do PDM, que gostaríamos que tivesse sido mais célere. Porque as propostas dos Presidentes de Junta foram na generalidade consideradas, a CDU votou favoravelmente. Colocam-se e mantém-se algumas dúvidas quanto à sua aplicação em alguns lugares pelo que a experiência deste regime intercalar deve ser tida em conta na revisão em curso, que esperamos não sofra mais atrasos”. -----

---**PONTO CINCO – AUTORIZAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONCEPÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO PARA VIATURAS LIGEIRAS, NA ZONA DO CAMPO SÁ DA BANDEIRA E PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA VIA PÚBLICA, ATRAVÉS DE**

**PARCÓMETROS, NA CIDADE DE SANTARÉM, DESTINADO AO ESTABELECIMENTO DE UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de quatro de Junho de dois mil e sete, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da **Abertura de concurso público para concepção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na zona do Campo Sá da Bandeira, e para concessão da exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcómetros, na cidade de Santarém, destinado ao estabelecimento de uma parceria público-privada**, nos termos dos números um e seis, do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho”. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Gandarez** que referiu que a sua bancada irá votar favoravelmente esta proposta, tecendo alguns elogios em relação ao projecto apresentado, considerando ser uma oportunidade para devolver a cidade aos peões e aos munícipes e, portanto, criar uma nova centralidade e um novo espaço de vivência entre os mais novos e os menos jovens. Por outro lado, chamar a este projecto *Jardim da Liberdade*, na capital da liberdade foi em seu entender uma feliz ideia. -----

--- Salientou o facto de se poder fazer esta obra central, eixo estruturante para a cidade e esta nova centralidade, com financiamento privado, realçando que não é fácil conseguir estes investimentos privados para obras públicas. -----

--- Interveio, depois, a senhora **Carla Neto** que considerou ser uma obra que vai trazer uma mais valia para a cidade. -----

--- Destacou que seria impensável fazer uma requalificação desta envergadura no Campo Sá da Bandeira sem uma parceria desta natureza, lembrando que no mandato passado o concurso para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo ficou deserto. -

--- A seguir, usou da palavra a senhora **Dúnia Palma** que levantou algumas dúvidas relativamente aos arranjos de superfície mencionados no Caderno de Encargos,

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

nomeadamente nos artigos segundo e quadragésimo sexto.-----

--- Perguntou qual o valor médio por cada lugar de estacionamento existente. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que perguntou se está previsto algum tratamento particular para os moradores do Centro histórico e zona envolvente dado que praticamente toda aquela área fica abrangida por esta concessão.-----

--- A seguir o senhor **Presidente da Câmara** referiu que a obra do Jardim da Liberdade tem de ser vista como um todo e não de forma parcelar, articulado com o Centro Histórico e com toda a mobilidade de acesso àquela zona histórica.-----

--- Esclareceu que o tarifário não consta do caderno de encargos porque o mesmo faz parte dos critérios de adjudicação do concurso porque aquele que apresentar melhores preços será o que ganhará o concurso. -----

--- Salientou que aquele espaço irá ser objecto de um aumento de trinta por cento em termos de florestação, informando que no próximo dia dez de Julho irá ter início a plantação de mil e quinhentas árvores na cidade que foram oferecidas à Câmara de Santarém.-----

--- Informou também que a cafetaria, a esplanada e a iluminação pública não fazem propositadamente parte do caderno de encargos de modo a que possa ser dado um novo “design” à cidade. -----

--- Concluiu, salientando que, enquanto for Presidente de Câmara, a questão do Campo Emílio Infante da Câmara não será resolvida com o seu voto de qualidade e só será discutida quando todas as forças políticas estiverem em condições de o fazer de uma forma sincera.-----

--- Usou da palavra novamente a senhora **Dúnia Palma** para perguntar qual o valor médio cobrado por estacionamento actualmente. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** informou que o valor cobrado pelos estacionamentos é de uma fraca rentabilidade em relação àquilo que são os custos para

renovar os referidos parómetros que sistematicamente são destruídos e assaltados. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Autorização para o procedimento de abertura de concurso público para concepção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na zona do Campo Sá da Bandeira, e para concessão da exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parómetros, na cidade de Santarém, destinado ao estabelecimento de uma parceria público-privada**, nos termos dos números um e seis, do artigo vinte e dois do Decreto-Lei cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e dois votos a favor, catorze votos contra e uma abstenção. -----

--- Pelo senhor **Luís Almeida** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “O Partido Socialista vota contra a Proposta número oito/dois mil e sete referente à abertura do concurso público para a concepção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras, na zona do Campo Sá da Bandeira e para concessão da exploração dos lugares de estacionamento tarifado na via público-privada, por três principais ordens de razão a saber: -----

--- Primeira – Por uma questão de coerência. O PS tinha como prioridade a intervenção no Campo Emílio Infante da Câmara para o qual também estava previsto um parque de estacionamento subterrâneo e não no Campo Sá da Bandeira. Esta foi a posição do PS no anterior mandato e na promessa eleitoral com que se apresentou nas últimas eleições.----

--- Segunda – Por uma questão de defesa dos interesses da cidade e dos seus cidadãos. De facto, a concessão da exploração por cinquenta anos para o parque subterrâneo e por vinte anos para o estacionamento de superfície, sem garantias de valores de renda, é lesiva dos interesses municipais e onerosa para os munícipes, representando por si só um mau negócio para a cidade. Por outro lado, consideramos absolutamente abusiva e

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

desnecessária a concessão de uma tão grande zona de estacionamento de superfície pago, em que durante vinte anos só beneficia o concessionário.-----

--- Acresce ainda o facto de todas as intervenções referentes a todo o mobiliário urbano, pavimentações, jardinagem, espelho de água, etc., serem da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Santarém.-----

--- Se o negócio já era mau, assim fica péssimo. -----

--- Terceira – Por uma questão de transparência. -----

--- A proposta agora em discussão, quando refere o Jardim da Liberdade mais não pretende do que mistificar a realidade. Mas a realidade é que só estamos a tratar de estacionamentos a serem concessionados. O Jardim da Liberdade, a ser efectivado, irá ser pago por nós munícipes e não através desta parceria público-privada. -----

--- É por uma questão de transparência que isto deveria ser bem explicado”.-----

--- Pelo senhor **José Gandarez** foi proferida a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Apenas para justificar que minha abstenção é a título individual. O PSD votou favoravelmente.-----

--- A minha abstenção vai no sentido de discordar com o modelo jurídico que foi encontrado para esta solução, porque entendo que não está em causa uma pura parceria público-privada, mas um simples modelo de concessão. Entendo que em contratos de vinte ou cinquenta anos devem de se encontrar mecanismos de revisão e de equilíbrio dos contratos. E como isto é uma simples concessão que não permite esse equilíbrio nem o apuramento de um balanço ao longo dos vinte/cinquenta anos, entendo que deveria abster-me e, portanto, é uma justificação técnica e jurídica relativamente à minha abstenção”. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação



em minuta dos **Pontos Dois, Três Quatro e Cinco**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo sido dada a palavra ao senhor **António Rodrigues Ribeiro** que referiu que como cidadão não pode deixar de manifestar veementemente a sua indignação pelo adiamento sucessivo de obras projectadas há longos anos pela REFER.-----

--- Considerou urgente iniciar as obras para a supressão das passagens de nível com guarda. Todos sabem dos perigos inerentes à situação, do elevado risco do atravessamento nas horas de tráfego mais intenso de viaturas e peões, a que se somam os elevados prejuízos económicos e incómodos causados. -----

--- A Câmara Municipal de Santarém, segundo afirmou, não pode continuar indiferente ao protelamento desta situação, agora com o argumento espúrio da apresentação do projecto para novo traçado da Linha do Norte que eliminaria as passagens de nível existentes. -----

--- Informou ter entregue no Secretariado da Assembleia Municipal cópia da carta aberta dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, subscrita por numerosos utentes, manifestando as suas preocupações. -----

--- Não tendo podido assistir à reunião de apresentação pública do referido projecto pela REFER, remeteu ao seu Presidente do Conselho de Administração carta em que perguntava quais os motivos de não ter sido ponderada a modernização da Linha do Norte pelo traçado ribeirinho, já aprovado em estudo de impacto ambiental executado a pedido da REFER, no passado recente. -----

--- Destacou que quaisquer das propostas de alteração da Linha do Norte apresentam inconvenientes insuportáveis para a futura expansão do concelho para Norte e Oeste ao criar uma barreira física que atravessaria longitudinalmente grande parte dos quadrantes Norte e Noroeste do território municipal, contrariamente à solução atrás referida para a

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

modernização da Linha do Norte pelo limite ribeirinho do concelho com atravessamento de pequenas áreas não habitadas, através do desvio dos carris poucos metros para dentro do Tejo, primeiro sobre tapadão e depois sobre viaduto numa trajectória em arco suave sob o segundo arco da Ponte D. Luís até se ligar ao actual traçado, em local a definir, a montante da actual estação de Santarém, traria vantagens consequentes à obra ferroviária, na sua opinião, em nada desprezíveis: primeiro, colocava a Ribeira de Santarém na senda da auto-recuperação urbanística ao evitar que as auspiciosas cheias do Tejo inundassem a povoação, à semelhança do que sucedeu na outra margem na povoação da Tapada; depois, permitia recuperar o actual leito do caminho-de-ferro para abrir uma via urbana estruturante da povoação, dando amplo acesso a zonas lúdicas de beira-rio e às estações de caminho de ferro, à actual que seria sempre conservada como estação-museu promovida a atracção turística; por último, aumentava-se a velocidade das circulações a custo reduzido, sem perturbações para os residentes. -----

--- Concluiu, sugerindo para que seja aproveitado o que de bom foi feito pela Câmara anterior, dando-se continuidade ao inacabado projecto da Ribeira de Santarém, através da candidatura às verbas do IV Quadro Comunitário de Apoio para um novo projecto *Polis*, voltado para o Rio e para *a Ruris*, contemplando a construção de uma inovadora segunda “Gare do Oriente”, pela REFER.-----

--- Encerrado o Período de Intervenção do Público, era uma hora e vinte cinco minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos informando que os mesmos iriam prosseguir no próximo dia cinco de Julho.-----

--- A senhora **Idália Moniz** informou que não iria estar presente na próxima reunião devido a compromissos já assumidos.-----

-----  
--- Aos cinco dias do mês de Julho do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da sessão ordinária de Junho, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a

restante Ordem de Trabalhos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecra Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, António Miguel Moura Pires, António Morgado Maurício d'Avó, Carla Patrícia Lopes Neto, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudion Madeira Lopes, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís José Gil Pinheiro Costa, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Diniz, e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Vítor Manuel de Sousa Varajão (São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Carlos António

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém). -----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, José António Coelho Madeira – Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta, Diamantino Cordeiro Duarte – Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, Firmino Joaquim Prudêncio d’ Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Adelino José Ribeiro da Cruz, Carlos Manuel Luís Catalão, Catarina Fernandes Garcia Correia, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, Jaime Manuel Teodoro Santos, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Piedade Valente, Maria Fernanda Roque do Rosário Azóia. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Henriqueta da Graça Pereira Carolo, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves. -----

--- Ausências: -----

--- Manuel António dos Santos Afonso, Lúgia Corujo Reis Batalha e Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade do senhor **Luís José Gil Pinheiro da Costa** e da Senhora **Sandra Isabel de Sousa Barreiro Diniz** que tomaram posse para ocuparem os lugares dos senhores Carlos Catalão e Leonel Martinho do Rosário ambos eleitos pela lista do Partido Socialista, que pediram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento. -----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Junho, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO SEIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E AS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Junho de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do **Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Santarém e as Juntas de Freguesia do Concelho**, nos termos do artigo quinze, da Lei cento e cinquenta e nove/noventa e nove, de catorze de Setembro, e do artigo sessenta e seis, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Usou da palavra o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, referindo que tem havido uma melhoria significativa na elaboração dos documentos enviados pela Câmara Municipal para apreciação neste órgão. -----

--- Considerou que o presente protocolo vem tornar mais claro algumas das acções inerentes às competências transferidas. -----

--- Salientou a inexistência do secretariado de apoio às freguesias e que existia no mandato passado o qual, em seu entender, era muito importante no apoio às freguesias. -

--- Depois, usou da palavra o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que considerou ser um bom protocolo, solicitando alguns esclarecimentos em relação à cláusula sexta do presente documento. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **José Ilídio Freire**, Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, que sublinhou a intervenção do anterior orador. -----

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

---Interveio, de seguida, o senhor **Vítor Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, que felicitou o senhor Vereador Ricardo Gonçalves pela forma como procedeu relativamente à elaboração do presente protocolo. -----

--- Chamou a atenção para diversos aspectos do documento, designadamente no tocante a alguns dos critérios utilizados que, na sua opinião, poderiam ter sido melhorados. -----

--- Concluiu, considerando pelo exemplo que o actual Executivo tem dado em relação à transferência os duodécimos e afectação de equipamentos para as freguesias certamente que irá continuar a proceder de igual forma o que é uma profunda alteração em relação a hábitos antigos inadmissíveis e inaceitáveis. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que sublinhou que os protocolos de delegação de competências nas freguesias têm vindo a melhorar ao longo dos anos, destacando que o documento em apreço é dos que melhor clarifica as competências delegadas nas freguesias. -----

--- Depois intervieram os senhores **Ezequiel Louro e Ricardo Costa**, Presidentes das Juntas de Freguesia de Abrã e de São Vicente do Paul, respectivamente, que manifestaram a sua concordância com o presente protocolo. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, a senhor **Dúnia Palma** que considerou que o presente protocolo serve ambas as partes envolvidas.-----

--- Sugeriu em relação à cláusula sétima, número dois, no tocante ao preço por quilómetro a pagar que apenas deveria constar o valor definido pela ANTRAL, assim como quanto ao valor a cobrar por sala também deveria constar apenas o número de unidades de conta, de modo a que o protocolo se mantenha actualizado para o futuro. ----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Eugénio Pisco** que referiu que as Juntas de Freguesia têm vindo a contratar pessoal para dar cumprimento à transferência de competências que lhe são delegadas e que já são prática corrente nas freguesias. No entanto, manifestou alguma preocupação relativamente à necessidade de contratação de

pessoal para tarefas específicas, salientando que caso o Executivo avoque essas competências, serão as Juntas a ficar com o ónus do despedimento, sublinhando que iria votar favoravelmente o documento em apreço. -----

--- Por último, interveio o senhor Vereador **Ricardo Gonçalves** que agradeceu os contributos dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia na elaboração do presente protocolo.-----

--- Prestou alguns esclarecimentos em relação à cláusula sexta do documento em apreço.

--- No tocante à cláusula sétima, número dois, esclareceu que os valores inscritos são meramente indicativos-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Santarém e as Juntas de Freguesia do Concelho**, nos termos da alínea s), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO SETE – CESSAÇÃO DO DIREITO DE REVERSÃO – IVO HOTÉIS.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “No termos do disposto nos artigos cinquenta e três, número dois, alínea i), e sessenta e quatro, número seis, alínea a), da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, e dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Junho de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia autorização para celebração de um contrato de transacção entre a Câmara Municipal de Santarém e a Ivo Hotéis – Sociedade de Exploração Hoteleira, S.A., pelo qual as partes põem fim ao litígio existente, dada a alteração dos pressupostos e condições de um contrato de compra e venda de um imóvel sito nas Encostas da Caramona, Freguesia de Marvila, Concelho de Santarém”.-----

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

---Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que manifestou a sua concordância com a proposta em apreço de acordo com os termos do parecer emitido e do protocolo apresentado, lembrando que em mil novecentos e noventa e um, aquando da apresentação da proposta para a realização do negócio o seu partido levantou muitas dúvidas em relação ao mesmo.-----

---Usou da palavra depois, o senhor **João Lucas** que apresentou os parabéns ao Executivo Municipal pela resolução deste grave problema, manifestando o seu desagrado relativamente ao acordo celebrado em mil novecentos e noventa e um.-----

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Nuno Serra** que referiu concordar com a proposta apresentada, realçando o valor que o Município de Santarém irá encaixar com o presente acordo. -----

---De seguida, interveio o senhor **Pedro Malaca** que teceu algumas considerações relativamente aos documentos apresentados.-----

---Seguidamente, pelo senhor **Presidente da Câmara** foram prestados breves esclarecimentos. -----

--- Após uma breve troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Cessação de Direito de Reversão – Ivo Hotéis**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e dois votos a favor, quinze votos contra e zero abstenções. -----

--- Pela senhora **Ana Marta Rodrigues** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: ---

---“Um–Considerando que a avaliação para o terreno e benfeitorias comumente designados por “IVO-HOTÉIS” realizada a pedido da Câmara Municipal de Santarém pela Sociedade António Risques em Maio de dois mil e sete, atribuiu a esse património imobiliário o valor de um milhão duzentos e um mil e novecentos euros. -----

---Dois–Considerando que já em mil novecentos e noventa e quatro uma avaliação



realizada por peritos da Câmara Municipal de Santarém, atribuía ao mesmo património o valor de um milhão quinhentos e quarenta mil euros.-----

--- Três--Considerando como estranho que o mesmo património imobiliário em treze anos e em claro contra-ciclo com o mercado se desvalorize trezentos e trinta e oito mil euros.

--- Quatro--Considerando que apesar das condicionantes que recaem sobre o terreno, a área de construção de infra-estruturas de apoio à unidade hoteleira pode ser ampliada permitindo uma valorização do património em causa, sem que para tal haja qualquer necessidade de revisão do PDM.-----

--- Cinco--Considerando que a empresa IVO-HOTÉIS ficou em mil novecentos e noventa e um isenta do pagamento de SISA e beneficiou da atribuição de subsídios do Fundo de Turismo, tendo em vista a construção de um hotel que não concretizou. -----

--- Seis--Considerando que se o julgamento do processo de reversão por incumprimento da IVO-HOTÈS, marcado para Novembro de dois mil e seis e suspenso por indicação da Câmara Municipal de Santarém, se tivesse ocorrido na data prevista, já hoje existiria uma sentença e estaríamos, no máximo entre ano e meio a dois anos de uma decisão final. ----

--- Sete--Considerando que a Câmara Municipal de Santarém ao fazer esta transacção pelo valor de novecentos mil euros, cria condições para que logo a seguir a IVO-HOTÉIS proceda à alienação do terreno, como a própria o afirma em carta dirigida à autarquia. -----

--- Oito--Considerando que uma operação desta natureza possibilitará à IVO-HOTÉIS a realização de mais-valias que noutras condições poderiam reverter para os cofres municipais. -----

--- Pelos motivos acima expostos, o Partido Socialista votou contra a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, em nome da Câmara Municipal de Santarém, por entender que desta forma não estão assegurados os legítimos interesses dos munícipes de Santarém e da sua autarquia”.-----

--- **PONTO OITO – APRECIACÃO DOS VALORES RESPEITANTES À**

**AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM A INTEGRAR EM INVENTÁRIO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de nove de Abri de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação dos valores dos imóveis, constantes dos relatórios em anexo, avaliados pela Comissão de Avaliação do Património Imobiliário Municipal nos meses de Janeiro e Fevereiro de dois mil e sete, com vista à apreciação e votação nos termos da alínea e) do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **apreciação dos valores respeitantes à Avaliação de Imóveis do Domínio Privado do Município de Santarém a Integrar em Inventário**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

**--- PONTO NOVE – ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de onze de Junho de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Adesão da Câmara Municipal de Santarém à Associação de Municípios Portugueses do Vinho**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, e da alínea a), do número seis, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Nuno Serra** que manifestou o seu agrado com a proposta apresentada e com a adesão a esta Associação. Lamentou que o concelho de Santarém apenas esteja representado com um único produtor na Rota dos Vinhos. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que salientou a importância de acções de promoção de vinhos, referindo estar de acordo com a criação desta Associação e a respectiva adesão do Município de Santarém. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que salientou que a Adega Cooperativa de Alcanhões é a única existente no concelho de Santarém. Agradeceu ao Executivo que os vinhos oferecidos pelo Município sejam da Adega de Alcanhões, solicitando a ajuda da Câmara na modernização da referida adega de modo a que a mesma não venha a ser encerrada por falta de condições.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Adesão da Câmara Municipal de Santarém à Associação de Municípios Portugueses do Vinho**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZ – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou estar na presença de uma proposta da autoria do senhor Aires Lopes a qual se encontra prejudicada pela deliberação tomada sobre o assunto em causa, dando a palavra ao senhor **Aires Lopes** que informou que iria transformar a sua proposta relativa à Criação de Perímetros Urbanos em recomendação à Câmara, concordando com a retirada da mesma a fim de lhe ser introduzidas as necessárias alterações. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo

**ACTA Nº. 16/2007**  
**Sessão Ordinária de Junho**  
**1ª Reunião 29 de Junho de 2007**  
**2ª Reunião 05 de Julho de 2007**

noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Seis, Sete, Oito e Nove**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

---Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou devido à ausência de oradores.-----

--- Eram vinte e três horas e quinze minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----